



# Febrafite

Revista Febrafite - Ano III - Edição nº 10 - Março 2010



# DÍVIDA SEM FIM

**R\$ 320,25 bilhões**

Dívida Mobiliária Estadual

**ENCARTE:**  
Proposta de  
refazimento  
de contrato  
da dívida



A dívida pública  
Dep. Pedro Novais  
Pág ..... 08



Proposta FEBRAFITE  
João Pedro Casarotto  
Pág ..... 12



Dívida municipal  
Paulo Ziulkoski  
Pág ..... 16



**PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO  
BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES  
DE FISCAIS DE TRIBUTOS  
ESTADUAIS**

FEBRAFITE - SRTVN - Qd. 702 - Bl. "P"  
Ed. Rádio Center - Salas 1056 e 1057  
Asa Norte - Brasília / DF  
CEP.: 70.719-900  
Fones: (61) 3328-1486 - z(61) 3328-2907

**FILIADA AO**



www.febrafite.com.br  
E-mail: febrafite@febrafite.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

- Presidente:  
Roberto Kupski (RS)  
1º Vice-Presidente:  
Lirando de Azevedo Jacundá (DF)  
2º Vice-Presidente:  
Teruo Massita (SP)  
3º Vice-Presidente:  
Antonio Carlos de Freitas Catete (PA)  
4º Vice-Presidente:  
Cleudes Cerqueira de Freitas (BA)  
Diretor de Previdência e Seguros:  
Luiz Carlos Toloí Junior (SP)  
Diretor de Turismo e Eventos:  
Rogério Cândido da Silva (GO)  
Diretor de Estudos Tributários:  
Leilson Oliveira Cunha (CE)  
Diretor de Comunicação:  
Renato Definski Salimen (RS)  
1º Secretário:  
Ana Maria de Souza Silva (ES)  
2º Secretário:  
Luiz Antônio Tenório Magalhães (AL)  
1º Tesoureiro:  
Acácio de Almeida (DF)  
2º Tesoureiro:  
Ayrton Geber (AC)

- CONSELHO FISCAL (Efetivos)**  
Sinval Pereira da Silva (MG)  
Edson Massi Villalva (MS)  
José Barbosa de Souza Júnior (AM)

- CONSELHO FISCAL (Suplentes)**  
Octacílio de albuquerque netto (RJ)  
José Costa (PB)  
Rubens Gomes Oliveira (MA)

**REVISTA FEBRAFITE**

Editor  
Raul Macedo de Carvalho

Jornalista Responsável  
Francisca Azevedo - DRT-DF 6708  
imprensa@febrafite.com.br

Revisão  
Daniele Santos

Projeto, Diagramação e Capa  
Raul Macedo de Carvalho  
raul.macedo@gmail.com.br

Atendimento ao Assinante  
Telefone: (61) 3328-1486

"É de responsabilidade de seus autores  
as matérias assinadas nesta publicação"

Tiragem inicial: 1500  
Distribuição Nacional



**Pagamento da dívida  
trava investimentos**

..... 06

**A dívida pública**

..... 08

**Por que uma CPI da  
dívida pública ?**

..... 10



**Proposta para refazi-  
mento da dívida pública**

..... 12

**A CPI da dívida pública  
na Câmara dos Deputa-  
dos**

..... 14

**Dívida Municipal**

..... 16

**Mundo Fiscal**

..... 20

**Arrecadação estadual  
sob a óptica do ICMS**

..... 22

**AFFEMG completa  
60 anos e dá posse à  
primeira mulher na  
presidência**

..... 26

**Índice**



**Opinião: uma visão mo-  
derna da Administração  
Tributária**

..... 30

**A importância da  
representação política**

..... 32



**Educação Fiscal: abrindo  
portas para a cidadania**

..... 34

**CASSIND: saúde do  
associado em primeiro  
lugar**

..... 37

**Fiscosul: exemplo de  
união em defesa da  
categoria fiscal**

..... 40

**Crônica: consumo  
consciente**

..... 42

**Entrevistas**



- Pedro Novais  
..... 08

- João Pedro Casarotto  
..... 12

- Paulo Ziulkoski  
..... 16

- Cláudio Trinchão  
..... 30

# A CPI DA DÍVIDA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



## Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida

A dívida pública federal superou a casa dos R\$ 2 trilhões em dezembro de 2009 e consumiu 36% dos recursos federais durante o ano passado, principalmente para o pagamento de juros. Esse crescimento espantoso tanto do estoque da dívida como do volume de pagamentos é fruto da política econômica aplicada no país que, além de praticar as taxas de ju-

ros mais elevadas do mundo, ainda privilegia os gastos financeiros em detrimento dos gastos sociais.

Diante desse quadro, a CPI foi criada com o objetivo de investigar a dívida pública, o pagamento de juros e seus impactos sociais, pois enquanto o pagamento de juros e amortizações da dívida consumiram 36% dos recursos federais em 2009, a saúde recebeu pouco

mais de 4% e a educação, pouco mais de 2%, sendo que todas as demais áreas sociais ficaram também prejudicadas.

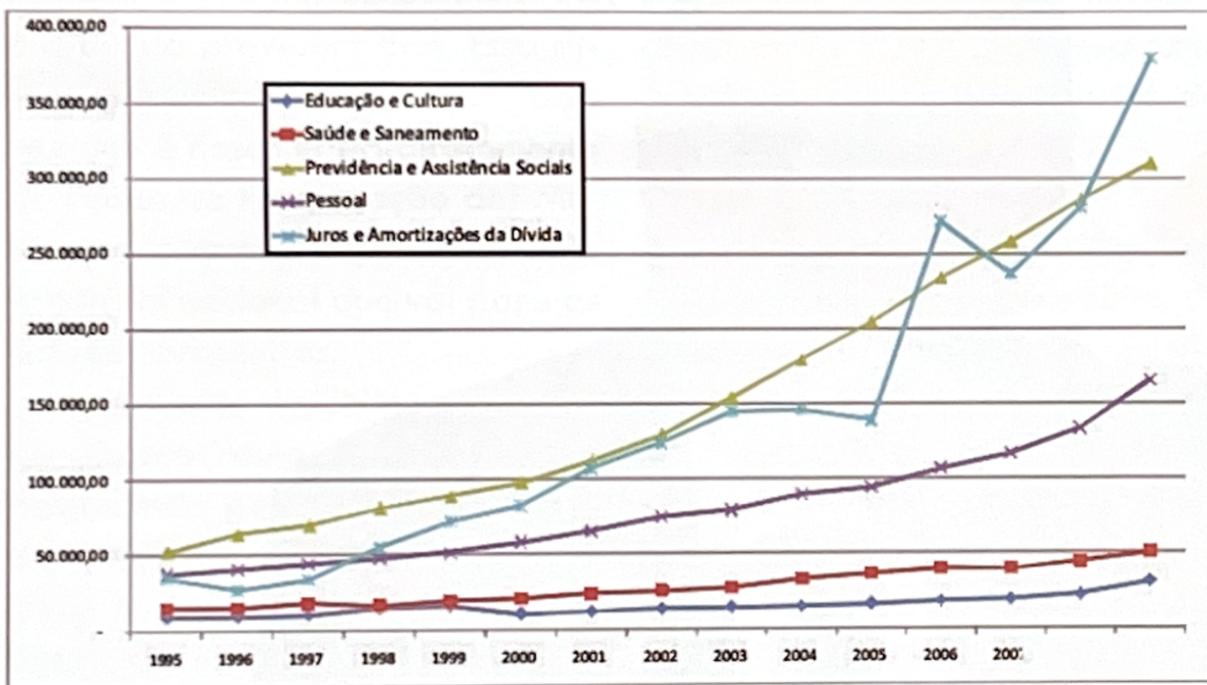
Adicionalmente, a CPI da Dívida Pública representa um primeiro passo para o cumprimento da determinação contida na Constituição Federal de 1988 (art. 26 do Ato das Disposições Transitórias), que determina a realização de uma auditoria da dívida externa brasileira, até hoje não realizada.

A CPI constitui um marco histórico, pois propiciou o acesso a diversos documentos públicos que nunca haviam sido divulgados à sociedade, além de expor o debate sobre a grave situação do endividamento público brasileiro, abrindo espaço em diversos meios de comunicação que se encontravam bloqueados ao tema. As audiências públicas realizadas pela CPI contaram com a participação de importantes convidados, que demonstraram que a dívida pública possui grandes ilegitimidades e é o problema central do país.

A CPI possibilitou também corrigir o equívoco amplamente divulgado no sentido de que a dívida brasileira teria “acabado”, demonstrando que o pagamento antecipado da parcela que devia ao FMI em 2005 significou troca de dívida externa por dívida interna, mais cara, e que, apesar daquele pagamento, o Brasil continuou aplicando o receituário econômico do FMI.

Um dos importantes marcos da CPI da Dívida tem sido a investigação dos números da dívida, revelando que os gastos com juros e amortizações superaram todos os demais gastos do país. Cabe ressaltar que os gastos com a dívida superam inclusive as despesas com previdência e assistência social, bem como os gastos com pessoal de todos os poderes, que são erroneamente taxados de “vilões” dos gastos públicos pela grande mídia.

### Orçamento Geral da União – Gastos selecionados – R\$ milhões (COMPUTANDO O GASTO COM JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA)



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI). Não inclui a rolagem ou “refinanciamento” da dívida.

A revelação desses números ganha especial importância no momento em que a Câmara dos Deputados discute o PLS n. 611 (já aprovado pelo Senado Federal – PLP n. 549), cuja proposta é a limitação dos gastos com pessoal e outros gastos sociais da União, median-

te alteração de dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deixando intocada a atualização garantida para a dívida pública.

Apesar dos avanços, a CPI da Dívida também enfrentou limitações, como o curto período de funciona-

mento e a falta de acesso a muitos documentos. Ainda assim, diversas ilegitimidades têm sido apontadas, como os juros flutuantes e os “juros sobre juros”, já declarados como ilegais pelo Supremo Tribunal Federal. Também foi debatido na CPI o impacto da utilização da dívida pública na sustentação do Plano Real, bem como a participação de representantes do mercado financeiro nas reuniões com o Banco Central, que influenciam a decisão sobre a taxa de juros. Esses são apenas exemplos do que foi publicamente debatido. Muitas investigações estão em fase de finalização e conclusão e, em breve, serão divulgadas.

Sem dúvida, as investigações realizadas pela CPI comprovarão a necessidade de realização da auditoria da dívida. A participação das entidades e movimentos sociais neste processo tem papel fundamental para que o desfecho da CPI possa ser utilizado em favor da implantação de um modelo econômico mais justo, melhorando as condições sociais tão precárias de um país que tem historicamente destinado a maior parte de suas riquezas para o capital.

[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

1 - No ano de 2009, os gastos com endividamento da União consumiram 36% dos recursos orçamentários, sem considerar a parcela da dívida que foi “rolada”. Caso considerada a rolagem, os gastos com a dívida corresponderiam a 48% de todos os gastos da União.

2 - Cabe esclarecer que a rubrica “amortizações” engloba a parcela do rendimento dos títulos da dívida (parte dos juros nominais), correspondente à atualização monetária, enquanto que a rubrica “Juros e Encargos da Dívida”, no SIAFI, inclui somente a parcela do rendimento correspondente aos chamados juros reais (parcela que supera a inflação). Diante disso, para fins de comparação, têm de ser somados os gastos com juros e amortizações, já que os demais gastos, com pessoal por exemplo, já incluem as eventuais atualizações